

ANTÓNIO SALGADO JÚNIOR

MEMÓRIA BREVE DUMA INSCRIÇÃO NA «RENASCENÇA PORTUGUESA»

Sim, fui efectivamente sócio da «Renascença Portuguesa». Mas a data do meu nascimento — 1904 — mostra desde logo que o meu ingresso na associação não podia ter sido senão muito posterior. Em 1912, quando ela foi fundada, era eu ainda miúdo de oito anos, frequentador da escola primária, e as minhas preocupações intelectuais eram, na lógica das coisas, as de responder satisfatoriamente às exigências dos programas da etapa escolar frequentada e, em horas de folga, as de encantar o espírito com contos de Andersen, de Grimm ou de Perrault, ouvindo-os de adultos ou soletrando-os nas poucas traduções ou adaptações que alcançava à mão.

Deste modo, cerca de outros oito anos haviam de decorrer até que, alcançado o dobro da idade que então tinha, se verificou, entre 1919 e 1920, o meu ingresso na associação.

É claro que durante esse lapso de tempo muita coisa ocorrera. Nos meus dez anos, ao passar dos estudos primários para os secundários, viera a Grande Guerra de 1914 perturbar a vida normal de todo o mundo. Dois anos depois, a perturbação aumentou entre nós com a intervenção de Portugal no conflito. A existência encheu-se de dificuldades que ensombraram tudo, desde as vidas familiares às vidas associativas. A Renascença não escaparia; e ela, que se tinha imposto, em seu primeiro período tão brilhante de actividades, como primeira manifestação cultural nacional após o advento da República, fora também apanhada na rede de infortúnios decorrente da situação. A florescência extraordinária da actividade inicial entrou, pois, a definhar por 1915 e 1916. A própria Águia viria a ser atingida, a ponto de, ao findar deste ano de 1916, Teixeira de Pascoaes se retirar da sua direcção e tornar-se forçoso que Álvaro Pinto tomasse o lugar daquele e empregasse suas capacidades de administrador para tentar a sobrevivência da associação e da revista. Mas também este viria a sofrer pessoalmente as dificuldades que a todos afligiam, e resolvera tentar vida no Brasil, para onde partiria em meados de 1917. Não estava, porém, no seu plano, dar por findos os seus esforços em relação à associação, mas sim estabelecer uma espécie de entente entre esta e as empresas em que iria lá envolver-se (a Lusa-Brasílica, o Anuário do Brasil); pelo que respeita à Águia, propusera-se organizar, compor e imprimir-lhe os números e de lá os remeter já prontos para a distribuição pela Renascença. O processo começou a efectivá-lo em 1917 e estaria em curso até meados de 1921. Ora naturalmente se calculam as consequências dum tal processo, que a Águia documenta: as dificuldades financeiras impunham economias restritivas e o que chegava a Portugal

eram, infelizmente, uns magros fascículos de papel inferior, acumulando num só os números de vários meses, preenchidos em grande parte à custa de colaboradores brasileiros e de uma vasta série de contos extraídos de jornais franceses, em tradução de António Arroio, a pretexto de que exprimiam os novos tempos e a sua literatura. A Águia viveu nesses tempos a esta distância dos seus números primitivos. Quanto à actividade editorial da associação, ela ficara sendo constituída quase apenas pelas edições que o Anuário do Brasil mandava em cumprimento da entente estabelecida.

Como se vê, a sobrevivência da Associação era coisa difícil, mas, como quer que fosse, ia permanecendo através das contrariedades. Entretanto, a Grande Guerra acabou, como se sabe, em fins de 1918, e aconteceu o habitual em casos destes: a um imenso suspiro de alívio alia-se uma imensa fome de reconstrução. Datam daí as primeiras esperanças alimentadas por alguns sócios da Renascença de que fosse possível uma revitalização da sociedade e da sua revista. Já era alguma coisa com que contar; e, de facto, essas esperanças estiveram na base duma recuperação iniciada em 1921 (ano em que a Águia voltou a organizar-se, compor-se e imprimir-se em Portugal) e concretizada em 1922 (ano em que essa revista toma de velhos sócios nova direcção e inaugura a sua 3.^a série).

Desenhei, a traço largo, a situação em que se encontrava a Renascença nos tempos em que ocorreu a minha frequência dos estudos secundários, durante os quais me inscrevi nela como sócio. É natural pensar-se que aquela situação não oferecia os melhores motivos de aliciamento, bastantes a mover quem quer que fosse a fazer a sua inscrição naquele momento. É preciso, porém, considerar a tal respeito uma circunstância notável que se verificava no Liceu de Rodrigues de Freitas, ainda em S. Bento da Vitória, por mim frequentado: é que, por extraordinária coincidência, aí se tinha concentrado um certo grupo de professores, consideradíssimos todos eles, que de algum modo tinham colaborado na criação e actividades iniciais da Renascença. A começar por um excelente professor de Português, Alfredo Coelho de Magalhães, cujas aulas ouvi durante alguns anos, o qual tinha sido das figuras da primeira hora da sociedade, cooperando na sua fundação e tomando conta de cursos e aulas livres, logo que fundada. Além disso, de parceria com Jaime Cortesão, criara e ficara com este dirigindo uma das prestimosas colecções da actividade editorial da sociedade, a Biblioteca Lusitana, destinada à publicação de clássicos portugueses e à história literária. Nessa colecção tinham seus directores incluído uma Crónica de Rui de Pina (com estudo de Coelho de Magalhães), autos de Gil Vicente (por diligência de Afonso Lopes Vieira, então a ombros com a Campanha Vicentina), a Égloga de Cristal (a cargo de Teófilo Braga), a Carta de Guia de Casados (preparada por Edgar Prestage, o grande especialista inglês de Francisco Manuel de Melo), o Anfitrião, de António José da Silva (em ressurreição de Francisco Torrinha), um Cancioneiro Popular (organizado por Jaime Cortesão), não falando ainda em duas obras de Teófilo, uma sobre os Amores de Camões e outra com uma engenhosa reconstituição do Tristão o Enamorado em vista a recuperar hipoteticamente uma possível forma portuguesa primitiva.

De passagem, ficou apontado acima o nome de Francisco Torrinha. Trata-se dum outro professor do mesmo Liceu, que aí pude conhecer por dias em aulas de Latim, que ficaram suspensas para que pudesse ir desempenhar não sei que comissão de serviço. Como disse, contribuíra para a Biblioteca

Lusitana da Renascença com a preparação da reedição duma das óperas do Judeu.

A citação do nome de Francisco Torrinha suscita a dum outro nome de professor, porque também esse conheci só por dias, visto estar aguardando uma aposentação, que logo sobreveio. Trata-se nem mais nem menos que de Joaquim de Vasconcelos (o dos Músicos, como ele próprio chegou a dizer à turma, entre magoado e orgulhoso, que o tinham crismado). Também este era uma figura grada da Renascença, uma vez que a associação alcançara a honra da publicação do Tratado da Pintura Antiga, de Francisco de Holanda, em edição preparada por ele. (E, já agora, digamos que nenhum de nós ignorava que ele era o marido de Carolina Michaëlis, a qual, por sua vez, entregara à Renascença a edição dum dos seus trabalhos, a Saudade Portuguesa).

Outro professor tive, este de Desenho, figura bem conhecida no ensino secundário da época, mercê duns excelentes compêndios da especialidade. Era Ângelo Vidal, cujas aulas frequentei nos dois últimos anos da sua vida. Pois também ele fora dos primeiros a tomar sobre si o encargo de leccionar, nos cursos e aulas livres da sociedade, as matérias da sua especialidade.

Destes vários fui eu aluno e soube andarem ligados à existência da Renascença. Talvez houvesse outros de que eu ignorasse essas relações. Mas havia ainda o caso de outros de quem nunca fui aluno. Entre estes encontrava-se, por exemplo, o Dr. João Ferreira Guedes, que toda a gente sabia ter organizado uma atraente antologia de bons textos ingleses — English Prose —, então em uso pelos liceus portugueses nos Cursos Complementares, e que essa antologia era mais uma publicação da secção editorial da Renascença Portuguesa.

A simples existência no Liceu deste grupo de professores, todos eles consideradíssimos, cheios de prestígio, era uma permanente chamada de atenção para a associação cultural a que estavam associados, e, pela categoria que tinham, tornavam-se garantes da importância e da seriedade desta. Só por isso dava vontade de pertencer também à Renascença.

Ao lado dos professores, considere-se agora a necessidade que os alunos tinham de manusear volumes saídos da sua secção editorial da sociedade, uma vez que bastantes andavam directamente ligados a estudos literários ou históricos fixados nos programas liceais. Na verdade, nesse tempo o estudo da literatura nacional entrava já no quadro de matérias do Curso Geral, na chamada 5.^a classe. Pode ver-se em que extensão eram consideradas tais matérias num livro, hoje pouco conhecido, do citado meu professor de Português Alfredo Coelho de Magalhães, Elementos para o estudo da literatura nacional nos liceus (de 1913, mas ainda utilizável anos depois). Por aí se pode ver até que ponto era exigido aos alunos do Curso Geral o conhecimento dos nossos clássicos e a necessidade das respectivas leituras. Nesses anos, as colecções que para isso podíamos ter à mão eram poucas: aquela que Luciano Cordeiro iniciara com os historiadores (e se encontrava já em grande parte esgotada), a dos Subsídios de Mendes dos Remédios, e pouco mais. Calcule-se, pois, a importância que para nós, os alunos, tinha a Biblioteca Lusitana. Andava-nos constantemente nas mãos, a mostrar-nos constantemente aquele distintivo que António Carneiro desenhara como marca editorial inconfundível da Renascença e todos sabíamos de cor. Por outro lado, uma ou outra leitura no campo da literatura podia levar-nos à consulta de um ou outro

volume de edição da mesma associação. Lembro-me de que foi assim que entrei em contacto com a Biblioteca Histórica, notável pelas obras que contém de Raul Brandão, José Caldas, António Baião, Alberto Pimentel, etc. Foi o caso que Coelho Magalhães, tratando de Fernão Lopes, me levou a ler a Crónica de D. Pedro e a registar as impressões dessa leitura. Para isso, precisei de me apoiar em qualquer estudo que esmiuçasse aspectos do reinado em causa. Ora, nesse tempo, ainda não tinham aparecido os trabalhos que só anos depois desencadearia o General Morais Sarmiento com seu livro polémico, determinando investigações de bom proveito para esclarecimento da acção do rei e das interpretações do seu cronista. Sendo assim, o que veio em meu socorro foi precisamente um volume daquela colecção: o D. Pedro, de Coelho de Carvalho. Foi o primeiro que conheci desse conjunto, e isto por motivo do curso. Mas, pouco tempo após, a curiosidade levou-me à leitura dos de Raul Brandão (El-Rei Junot, 1817, O Cerco do Porto) e tive o deslumbramento que abriu caminho à admiração grande que depois vim a consagrar a este escritor.

Significa isto que também as edições da Renascença, por uma ou por outra maneira, foram passando a minhas familiares. Claro que, por então, essa familiaridade abrangia bem poucos sectores da actividade editorial da Renascença. Nem as matérias a que tinha de responder no Liceu o requeriam, nem a minha ainda deficiente preparação o permitiria. De facto, os programas de literatura, não atingindo épocas contemporâneas, não incitavam a atenção para as revoluções poéticas de Pascoaes e para as reacções que originaram e de que era palco a Renascença; nem o Curso Geral dava bases bastantes para levar um aluno frequentador a manusear as outras colecções especializadas designadas todas de Bibliotecas (a Técnica, a Jurídica, a de Educação, a de Filosofia, a de Economia, a de Ciência). Mas não me cerceava isto o desejo de ingressar no meio da associação. Pelo contrário: o que daí concluía era que a Renascença era afinal um movimento que agrupava um conjunto de forças diversamente orientadas, em que o que mais importava era a possibilidade de se desenvolverem em especialidades autónomas e em experiências independentes. Que coisa poderia desejar de mais conveniente quem procurava justamente ter a possibilidade de vir a conhecer um conspecto, um panorama, da actualidade intelectual em sua complexidade? Sim, era este o termo do caminho que me tinha aberto o contacto com os professores e o manuseio das edições utilizadas. Ao fim vinha esta convicção da variedade das preocupações e a independência das experiências de que a Renascença tinha já dado prova, e tudo afevorava cada vez mais o desejo de fazer parte duma tal associação. Para mais, falava-se na sua revitalização. Depois disto só restava saber se esta punha qualquer exigência de maioria à admissão dos seus sócios e se o meu magro orçamento de estudante liceal comportava as despesas que lhe acarretariam as jóias e cotas inerentes. Achado não haver necessidade de esperar pela maioria e haver possibilidade de transferência de verbas para cobertura das despesas, estava dentro em pouco feito sócio da «Renascença Portuguesa». Tal é o caso de que se faz agora e aqui esta memória breve, sessenta anos depois.